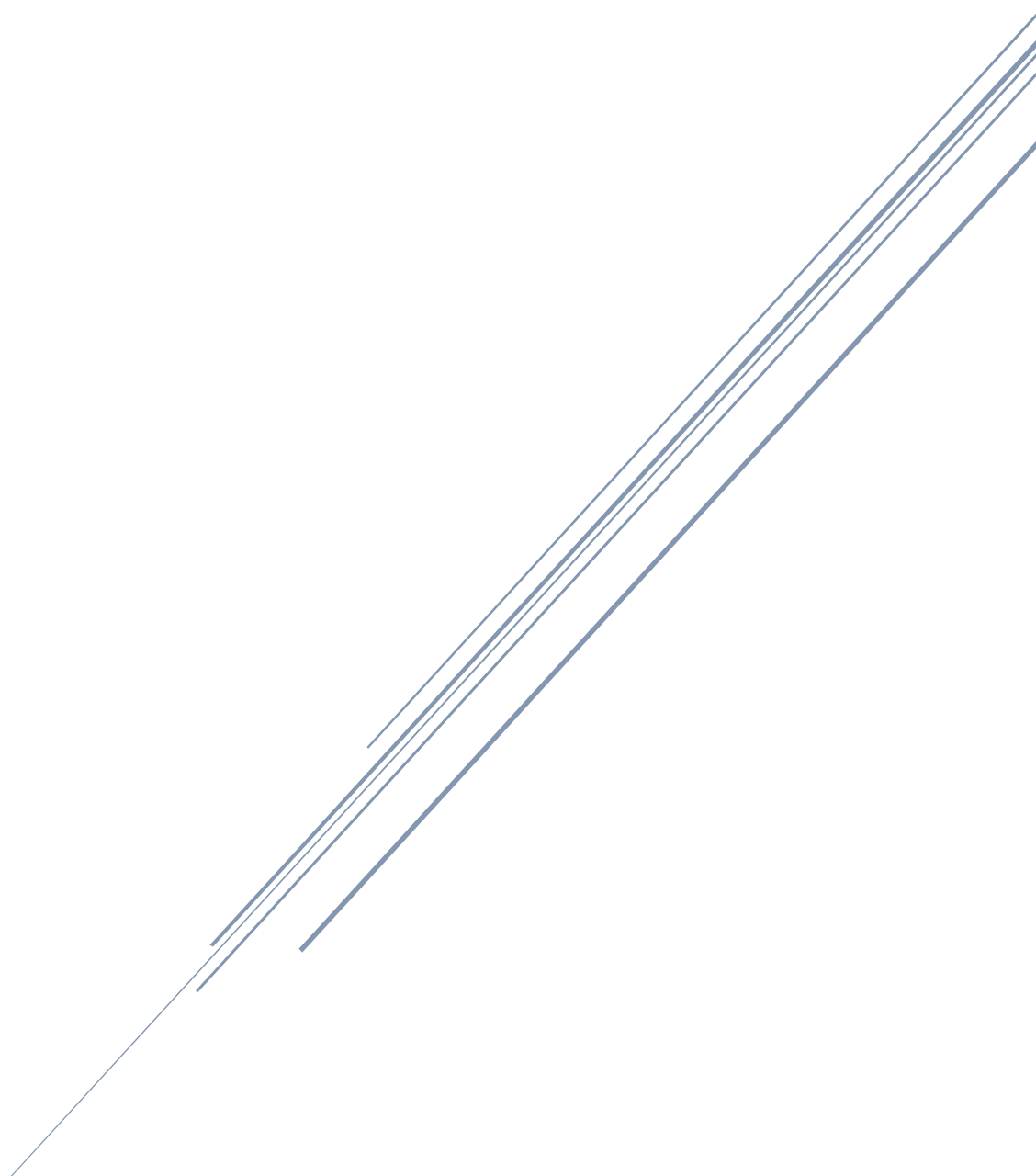


PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Escola de Saúde de São Bernardo do Campo



2021

Sumário

1. Projeto Político Pedagógico (PPP).....	2
2. Princípios filosóficos e técnico-metodológicos gerais.....	2
2.1 Educação Permanente em Saúde.....	2
2.2 Articulação constante da teoria com a prática cotidiana	4
2.3 Concepção Crítica de Educação.....	5
2.4 A Interdisciplinaridade.....	6
2.5 Andragogia	7
3. Caminho Metodológico	8
3.1. A Escola de Saúde de São Bernardo do Campo e a Educação a Distância.....	10
4. Organização Acadêmica da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo.....	10
4.1. Cursos Livres.....	11
4.2. Cursos de Pós-Graduação	12
4.3 Residências Médicas e Multiprofissionais	13
4.4 Estágios.....	14
5. Avaliação dos processos de ensino-aprendizagem.....	15
6. Referências Bibliográficas.....	18
7. Anexos.....	20
Anexo 1 - Formulário para descrição de Seminários	20
Anexo 2 - Formulário para descrição de Oficinas	22
Anexo 3 - Formulário para descrição de Cursos de Atualização.....	24
Anexo 4 - Formulário para descrição de Cursos de Difusão Cultural.....	26

1. Projeto Político Pedagógico (PPP)

Entendido como um documento “que deve explicitar os fundamentos políticos e filosóficos caros” à instituição formadora, o Projeto Político Pedagógico (PPP) apresenta os princípios e pressupostos didático-metodológicos que permitem orientar e operacionalizar o dia-a-dia da escola (PRONKO, 2013).

De acordo com Padilha (2017) o projeto político pedagógico representa um horizonte de possibilidades e ainda fornece a direção de acordo o que se quer quanto à educação, ao cidadão e ao projeto de sociedade; implicam em organização e compartilhamento dos entendimentos dos professores alunos, funcionários, comunidade.

Além de apresentar quais são os fundamentos e princípios que regem a prática educativa da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo (ES-SBC), o PPP também define a intenção da escola enquanto instituição formadora, apresentando qual o tipo de trabalhador se pretende formar (PRONKO, 2013). Assim, ele é um documento que está em permanente (re)construção, uma vez que, compreendendo os trabalhadores/alunos como sujeitos históricos e os processos educativos como potência para transformar suas realidades, o PPP deve ser periodicamente revisitado e reescrito a partir do momento histórico vivido (FREIRE, 2013).

Dessa maneira, cabe registrar que este é somente um primeiro movimento de escrita do Projeto Político Pedagógico da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo. O PPP da Escola foi construído a partir das discussões que resultaram na descrição dos objetivos da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo e na sua estrutura orgânica.

2. Princípios filosóficos e técnico-metodológicos gerais

Para realizar suas ações educacionais, a Escola de Saúde de São Bernardo do Campo apresenta alguns fundamentos e princípios que orientam e apontam para um processo educativo que busca resgatar dos trabalhadores, do controle social e da gestão do SUS o conceito de cidadania, possibilitando uma reflexão crítica e o domínio de conhecimentos indispensáveis à reformulação de suas práticas. São eles:

1. Educação Permanente em Saúde;
2. Articulação constante da teoria com a prática;
3. Concepção Crítica de Educação
4. Interdisciplinaridade;
5. Andragogia.

2.1 Educação Permanente em Saúde

A Educação Permanente em Saúde (EPS) tem sido trabalhada dentro dos serviços de saúde e é uma modalidade de intervenção de enorme potencial que alcançou diversos graus de visibilidade e prioridade em função das concepções e enfoques administrativos e organizacionais vigentes. Um considerável avanço foi gerado sobre suas dimensões conceituais e metodológicas, incluindo extensas experiências de validação. Sem dúvida, na medida em que

as experiências avançam, parece necessário identificar e delimitar um espaço que poderíamos denominar de “gestão” da EPS, que nos permita, mediante um aprofundamento das relações entre Educação Permanente, Estilos Administrativos e Cultura Organizacional, identificar mecanismos que incrementem a eficácia e o impacto destas.

De acordo com a OMS, a definição de EPS, compreende a educação no trabalho, pelo trabalho e para o trabalho, nos diferentes serviços, cuja finalidade é melhorar a saúde da população (ROVERE, 1994). Portanto está diretamente relacionada à qualidade do atendimento da atenção, que quando não é satisfatória transforma-se num grande problema social. Isto torna evidente que, sendo os serviços de saúde, serviços de pessoas para pessoas, o principal fator de qualidade da atenção está constituído pela disponibilidade, atitude, conhecimento e desempenho da saúde.

A proposta de EPS surge não como uma opção didático-pedagógica, mas como opção político-pedagógica, em que os atores da saúde são formados com base na reflexão e análise de problemas da realidade em que atuam, permitindo a superação do domínio das técnicas, com integração da experiência prévia aos conceitos científico-tecnológicos que permeiam os quatro pilares da formação para a área da saúde: o ensino, a gestão, a atenção e o controle social.

Ao se fazer como proposta político-pedagógica que permite o desenvolvimento continuado dos trabalhadores, da gestão e do controle social, a Educação Permanente em Saúde supera o aspecto didático-metodológico já que tem como objetivo não só a mudança no conhecimento e no exercício das práticas profissionais em saúde, mas também nas “dimensões éticas da vida, do trabalho, do homem, da saúde, da educação e das relações” (Ceccim; Ferla, 2006).

A proposta da EPS tem como concepção a aprendizagem-trabalho, a partir dos problemas enfrentados na realidade, e leva em consideração as experiências e os conhecimentos que as pessoas já possuem. Assim, é importante que, ao se pensar em ações educacionais nessa concepção, elas tenham como objetivos:

- transformar as práticas e os serviços de saúde;
- promover o processo ensino-aprendizagem a partir da reflexão sobre os problemas vivenciados na prática das equipes de trabalho;
- contribuir com a concretização do compromisso social e profissional.

Para que esses objetivos sejam alcançados, é necessário se pensar que no cotidiano do trabalho em saúde se produz conhecimento, se criam alternativas e caminhos. Dessa maneira, a EPS coloca o trabalho e as relações aí tecidas no centro, como objeto de análise, propondo o encontro entre o mundo da formação e do trabalho, por meio da intersecção entre o aprender e o ensinar na realidade dos serviços.

Para além de participações em cursos, a EPS procura reconhecer e valorizar os muitos fluxos que correm junto ao aprendizado que acontece no cotidiano do trabalho. Dessa maneira, a EPS não se limita a participação individual em cursos de formação sobre temas relacionados ao trabalho em saúde, qualquer que seja sua natureza, nem se resume, fundamentalmente, às formações ofertadas no serviço. A EPS configura-se como um canal de comunicação para o diálogo sobre experiências, afetações, implicações, desafios e outras possibilidades que surgem com o trabalho, no trabalho.

Freire (2013) defende o diálogo como elemento primordial das relações educativas, das relações humanas. *“Parece que dialogar é uma tarefa bastante conhecida, bastante próxima de todos*

(...). *Entretanto, a aparente familiaridade traz em si desafios(...)*”. Para que essa relação dialógica possa ser uma ferramenta do processo educativo, é necessário que se estabeleça uma escuta atenta ao que o outro nos apresenta – seja o paciente, o colega de trabalho ou o aluno. E para que se desenvolva uma escuta atenta, é preciso compreender que não há saber mais e nem saber menos, o que existe são saberes diferentes (FREIRE, 2010). Dessa maneira, se reafirma a ideia de que todas as pessoas possuem saberes advindos de suas experiências de vida, suas experiências profissionais, de cursos e leituras feitos ao longo da vida. “Todos esses saberes prévios são importantes e devem ser valorizados” especialmente nas ações educativas voltadas para os trabalhadores, a gestão e o controle social do SUS.

Nesse sentido, a Escola de Saúde de São Bernardo do Campo propõe que ações educacionais se deem por meio de processos que sejam capazes de transformar as práticas e os serviços. Processos esses que ocorram a partir da reflexão sobre os problemas vivenciados nessa prática e que contribuam para a concretização de uma política de saúde que atenda aos princípios e diretrizes do SUS e na qual os profissionais de saúde, a gestão, as instituições de ensino, o controle social e os usuários produzam encontros e diálogos, construindo assim, novas formas de compreender e atuar no SUS.

A Escola de Saúde de São Bernardo do Campo propõe estabelecer uma nova cultura institucional, alinhando novas metodologias, tendências e tecnologias em desenvolvimento na formação de pessoas, contribuindo para a capilarização e o fortalecimento dos protocolos das linhas de cuidados (Materno Infantil, Hipertensão, Diabetes e Doenças Respiratórias Crônicas) como prioridade entre outras temáticas.

2.2 Articulação constante da teoria com a prática cotidiana

Ter a Educação Permanente em Saúde como um dos princípios que norteiam as ações educacionais da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo, implica em se pensar a prática e a teoria como conceitos centrais das ações educativas. Estes conceitos, até então, aparecem na teoria educacional em relação dicotômica. Segundo Freire (1997), não há como superestimar ou subestimar um conceito ou outro. Um implica o outro, em necessária, contraditória e processual relação. Teoria e prática, em suas relações, se precisam e se completam. “A prática não é a teoria de si mesma. Mas, sem ela, a teoria corre o risco de perder o tempo de aferir sua própria validade como também a possibilidade de se refazer”. A questão é como desvelar a prática no sentido de ir conhecendo e (re)conhecendo nela a teoria pouco ou ainda não percebida. Isto só será possível de concretização a partir de uma reflexão sobre esta prática.

Neste contexto, a problematização é um princípio da EPS que convida e orienta a desenvolver processos de estranhamento diante das realidades que habitam docentes-trabalhadores e alunos trabalhadores/gestores/controlador social, possibilitando a discussão das relações de trabalho e ensino, dos problemas enfrentados na realidade e suas hipóteses de solução, bem como pensar as características socioculturais do meio em que o trabalho em ato acontece. Nessa perspectiva, o caráter de integração se dá justamente pelo restabelecimento das relações entre os conteúdos, as técnicas e a tecnologia que os fundamentam, ou seja, a integração da teoria, prática e a realidade social.

Ter como premissa a articulação entre a teoria e a prática significa pensar em processos educativos que superem o enfoque puramente de capacitação técnica, já que parte do

pressuposto que o trabalho também é um contexto de formação. Isso pode ser percebido quando, no processo de formação, de qualificação e de educação permanente dos atores da saúde, este se apropria dos conhecimentos científicos e os transforma em técnicas e procedimentos, a partir da compreensão obtida por meio da construção de seu conhecimento mediado por sua realidade imediata. Essa transformação do conhecimento científico-tecnológico em técnicas e procedimentos é que permite a evolução de conceitos e métodos científicos, além de permitir a evolução dos sujeitos que alavancaram essa evolução e que estão envolvidos naquele processo histórico-social.

É por isso que a formação para e no trabalho, que tem por base uma proposta educacional histórico-crítica, que busca a formação de sujeitos que compreendam criticamente o contexto social e histórico de que são frutos e que, pelo acesso ao conhecimento, sejam capazes de uma inserção cidadã e transformadora na sociedade, permite muito mais do que o domínio dos saberes necessários ao fazer, mas a própria revisão desse saber. Trata-se de um movimento dialético entre saberes técnicos e tecnológicos, que envolve uma relação interpretativa entre conhecedor e conhecido, a partir da geração de um conjunto de significados construídos histórica e socialmente pela relação entre interesses sociais, representações individuais e práticas coletivas, em um continuum de criação e (re)criação. Assim, os processos de formação, qualificação e de educação Permanente não são estáticos, mas sim, processos de “construção individual e coletiva, onde os indivíduos se qualificam ao longo das relações sociais e, neste sentido, não pode ser tomada como construção teórica acabada” (PEREIRA; RAMOS, 2006, p.21).

Outra questão importante, é que os espaços de trabalho e de ensino-aprendizagem são diferentes e devem ser analisados sob diversas formas e a partir de suas singularidades, tanto profissionais, quanto culturais e sociais.

Assim, a oferta de ações educacionais que objetivem a formação, a qualificação e a educação permanente dos trabalhadores, da gestão e do controle social do SUS para atuarem em diversos contextos, principalmente com o princípio da promoção da saúde, tem que levar em conta as experiências pessoais concretas dos indivíduos e dos grupos culturais nos quais se encontram inseridos. Dessa maneira, pode se permitir uma efetiva interação entre ensino e serviço, a interação docente-aluno-ensino-serviços-comunidade e o processo de ensino-aprendizagem pode ser adaptado a cada realidade local e aos padrões culturais próprios de uma determinada estrutura social.

Nessa perspectiva, a Escola de Saúde de São Bernardo do Campo trabalha a partir da necessidade de promoção de uma reflexão dos trabalhadores, da gestão, e do controle social sobre a própria realidade dos serviços, através de um diálogo entre o acúmulo de diversos campos de conhecimento e, dentre esses, o da vivência, seja a da comunidade, bem como a dos próprios alunos no cotidiano de seu processo de trabalho e de atuação no SUS.

2.3 Concepção Crítica de Educação

Pensar a articulação teoria e prática é compreender que o processo educativo dos alunos – dos trabalhadores, da gestão e do controle social da saúde - é “engendrado nas relações sociais que ele estabelece com o mundo e, de modo mais amplo, o entendimento da sociedade como um lugar de criação do homem”. Através das relações que são estabelecidas pelos sujeitos entre si

e com os conhecimentos historicamente construídos, é possível que, a partir das ações educacionais das quais eles participam, esses atores venham se tornar mais críticos e utópicos, “construindo formas qualificadas de pensar e planejar ações nas áreas da saúde” (PEREIRA; RAMOS, 2006, p.9).

Articular teoria e prática e utilizar pressupostos políticos-pedagógicos da Educação Permanente em Saúde, faz com que as ações educacionais realizadas pela Escola de Saúde de São Bernardo do Campo apresentem propostas pedagógicas de cunho progressista (modelo histórico-dialético), na qual, a partir da reflexão sobre a prática, de forma contextualizada e problematizadora, a aprendizagem seja significativa e possibilite mudanças nas práticas dos serviços de saúde.

Propor ações educacionais a partir de uma concepção crítica da educação é fomentar capacidade de crítica, a busca de novos caminhos e a proposição de novas soluções. Para isso, é necessário buscar continuamente o olhar para perguntas críticas, problematizar, buscar novos conhecimentos e em diálogo, construir novas formas de compreender, atuar e entender as diferentes realidades valorizando as alternativas e soluções criadas. Assim, refletir criticamente demanda um posicionamento a partir da realidade que se apresenta.

Nesse sentido, os alunos trabalhadores são considerados sujeitos do processo histórico, que trazem experiências e vivências que não podem ser desconsideradas no processo ensino-aprendizagem. Assim, a Escola de Saúde de São Bernardo do Campo tem como compromisso não só com que os alunos adquiram conhecimentos, mas também a formação, qualificação e educação permanente de sujeitos críticos que atuem na transformação da sociedade. E ser docente nessa perspectiva exige do profissional um exercício contínuo de autoavaliação, empatia e contínuo aprendizado.

2.4 A Interdisciplinaridade

A abordagem interdisciplinar dos temas que caracterizam a atividade em saúde pressupõe uma mudança na concepção de homem, de conhecimento biomédico e de relações interpessoais entre os profissionais, usuários, gestão e controle social. A experiência interdisciplinar não poderia existir sem a necessária transformação da visão de ser humano dos atores que nela estão envolvidos, pela substituição do profissional individualista e de formação concluída por aquele em constante aprendizado.

A interdisciplinaridade pode ser compreendida como a “tentativa do homem conhecer as interações entre mundo natural e a sociedade, criação humana e natureza, e em formas e maneiras de captura da totalidade social, incluindo a relação indivíduo/sociedade e a relação entre indivíduos”. Assim, nos processos educativos, é necessário que se compreenda que os conhecimentos científicos não podem ser separados da vida social e de outras esferas da vida humana. Ou seja, “é necessário entender a interdisciplinaridade no âmbito de uma dimensão política e ética” (PEREIRA, 2008).

Entender que o conhecimento não é algo acabado, mas que é construído através do diálogo, das indagações, das reformulações e das reflexões críticas, faz com que se compreenda que o conhecimento científico deve ser tratado em sua dimensão histórica e política. Assim, a interdisciplinaridade se apresenta como um caminho para a “(re)construção do conhecimento

unitário e totalizante do mundo frente à fragmentação do saber. Na Escola de Saúde de São Bernardo do Campo, essa noção é materializada em práticas e reflexões como a integração de conteúdos e a interação entre ensino e pesquisa” (PEREIRA, 2008).

Nesse contexto, os trabalhadores da área de saúde, da gestão e do controle social que participam das ações educacionais da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo devem ter em mente sua incompletude, a curiosidade, a abertura para o diálogo e a troca de reflexões com os outros profissionais especialistas, docentes e alunos. Entretanto, também é preciso ter consciência dos limites e possibilidades das ações educacionais “no processo de mudança de paradigma das ciências e da transformação do mundo do trabalho”, ou seja, a interdisciplinaridade não poder “ser construída a partir de premissas que percam de vista a totalidade das questões que ela tem a enfrentar” (PEREIRA, 2008).

A busca interdisciplinar pressupõe, por parte dos profissionais envolvidos – alunos, docentes e coordenações de cursos –, uma tomada de decisão pessoal a respeito de sua formação e atuação no SUS. Como decisão política, os profissionais envolvidos devem superar a fragmentação e extrema especialização do conhecimento biomédico e começar a trabalhar em equipe pela transformação das reuniões, aulas e outros espaços em momentos de estudo e de compartilhamento. A adoção de uma postura interdisciplinar por parte dos profissionais da área de saúde, da gestão e do controle social a respeito da sua formação pressupõe também uma reorientação na forma como o planejamento vem sendo feito em sua atuação no SUS, pois a adoção de uma postura epistemológica não é algo que se possa organizar usando os moldes tradicionais de planejamento.

2.5 Andragogia

As ações educacionais da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo são voltadas para diversos atores do SUS: usuários do SUS, trabalhadores, gestão e controle social. É um público diferenciado, ou seja, são “adultos” atuantes no SUS. A partir das especificidades dos processos educacionais voltados para esse público, o conceito de Andragogia pode nos dar a sustentação para o exercício das atividades educativas propostas pela Escola de Saúde de São Bernardo do Campo.

A Andragogia é entendida como a atitude educativa dirigida para o adulto em situação de aprendizagem. Para entender esse conceito, faz-se necessário compreender que os processos de ensino-aprendizagem acontecem em diversos espaços e tempos, ou seja dar um novo sentido aos processos de aprendizagem pelos quais os sujeitos se produzem e se humanizam ao longo da existência, ampliando, assim, a concepção de educação para além do sentido de oferecimento da escolarização, alfabetização, ensino fundamental e médio, incluindo outros espaços, tempos e ações educativas, de gênero, de etnia, de profissionalização, questões ambientais, etc (GONÇALVES; FARTES, 2010).

Nesse contexto, as ações educacionais construídas devem sempre levar em consideração o perfil dos atores envolvidos, no caso específico da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo, os usuários, trabalhadores, a gestão e o controle social do SUS, e não devem ser voltadas somente para formações, qualificações ou processos de educação permanente meramente técnicos ou operacionais, mas devem ser voltadas para a efetivação de práticas emancipatórias e cidadãs.

Isto significa afirmar que a preparação do trabalhador não deve corresponder mais à antiga técnica de disciplinamento da força de trabalho, como a existente na estrutura anterior, mas promover uma formação que possibilite às pessoas transformarem as informações, acessadas por meio das diversas tecnologias, em conhecimentos vivos e significativos. Conhecimentos vinculados a uma nova condição humana, que possam não somente capacitar para o desempenho de uma função, mas, sobretudo, desenvolver nos sujeitos a capacidade de se envolver e participar em novas práticas sociais, políticas e culturais (GONÇALVES; FARTES, 2010).

Compreendemos assim, que o ensino e a aprendizagem perpassam por diversas experiências, assim se propõe que as ações educacionais da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo sejam realizadas a partir das práticas cotidianas.

A partir dessa compreensão e para atender as necessidades educativas do público adulto que participam das ações ofertadas pela Escola de Saúde de São Bernardo do Campo, levamos em consideração em nossas propostas pedagógicas, além dos aspectos emancipatórios da educação, características do aluno adulto importantes para seu processo ensino-aprendizagem, como a:

- Experiência: são portadores de experiências de vida. São os próprios adultos com a sua experiência que constituem o recurso mais rico para as suas próprias aprendizagens;
- Aprendizagem Significativa: os adultos estão dispostos a iniciar um processo de aprendizagem, desde que compreendam a sua utilidade para melhor afrontar problemas reais da sua vida pessoal e profissional;
- Reflexão da Prática: nos adultos, a aprendizagem é orientada para a resolução de problemas e tarefas com que se confrontam na sua vida cotidiana;
- Motivação: são os fatores de ordem interna que motivam o adulto para a aprendizagem (satisfação, autoestima, qualidade de vida).

Portanto, no planejamento curricular e didático buscamos conteúdos e atividades que valorizam as experiências desse adulto atuante no SUS, buscando conhecimentos que sejam significativos para a sua prática e que os motivem a buscar o novo, a reelaborarem seus processos de trabalho e atuação. Além disso, possibilitar, através do diálogo e da problematização constante entre as vivências dos alunos, os conhecimentos sistematizados e os docentes, os alunos possam se inserir em sua realidade como “verdadeiro sujeito da transformação” (FREIRE, 2013, p.64).

3. Caminho Metodológico

Como já apresentamos, as ações da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo são sustentadas no conceito de Educação Permanente em Saúde, ou seja, aquela educação que tem o processo de trabalho como eixo educativo. Para atender a este pressuposto, faz-se necessário a adoção de metodologias e recursos didáticos que promovam a reflexão sobre o processo de trabalho em saúde, bem como a reflexão dos trabalhadores, da gestão e do controle social sobre suas ações e seu aprendizado, fazendo com que eles possam participar do processo de ensinar-aprender, construindo seus próprios conceitos, conhecimentos e posturas.

Entendemos que o caminho metodológico adequado para propiciar ao educando autonomia diante das demandas da realidade precisa ser eminentemente ativo e participativo, pois uma metodologia passiva, do tipo só expositiva, não oportuniza ao aluno atuar sobre o objeto

(realidade, problemas e demandas) tornando-o apenas repetidor de procedimentos e ações previamente delineadas.

Nesse contexto, problematizar a realidade permite integrar teoria à prática social. A partir da identificação de problemas pode-se avançar no processo reflexivo, tendo como base a teoria para, assim, ampliar a compreensão do problema, elaborar soluções contextualizadas, exercitando, desta forma, a autonomia de pensamento e a tomada de decisões nos diversos contextos em que se atua. Além disso, proporciona também uma adequação do que se aprende às necessidades e demandas de um contexto, tornando a aprendizagem significativa para o aluno.

Para isso, o caminho metodológico das ações educacionais da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo se baseia no pensamento reflexivo sobre a prática, atrelado à teoria, levando à consequente reorganização da prática. Esses processos de formação implicam os sujeitos (aluno e docente) em um processo pessoal de questionamento de seu saber e de sua experiência em uma atitude de compreensão de si mesmo e do real que o circunda. É efetivamente a postura de questionamento que caracteriza o pensamento reflexivo.

“O diálogo e a problematização não adormecem ninguém. Conscientizam. Na dialogicidade, na problematização, educador-educando e educando-educador vão ambos desenvolvendo uma postura crítica da qual resulta a percepção de que este conjunto de saber se encontra na interação. Saber que reflete o mundo e os homens, no mundo e com ele, explicando o mundo, mas sobretudo, tendo de justificar-se na sua transformação” (FREIRE, 2013).

Assim, as ações educacionais da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo propõem a utilização de metodologias que possibilitem posturas de questionamento, de investigação, de reflexão não somente para os alunos, com também para os docentes. Dessa maneira, o docente tem como objetivo facilitar o desenvolvimento do aluno, mas, ao fazê-lo, também o docente se desenvolve, porque, tal como o aluno, aprende ensinando. Ambos são “participantes” do processo educativo, ou seja, (...) o pensar do educador somente ganha autenticidade na autenticidade do pensar dos educandos, mediatizados ambos pela realidade, portanto, na intercomunicação. Por isso, o pensar daquele não pode ser um pensar para estes nem a estes impostos (FREIRE, 2010).

Compreender aluno como sujeito do processo educativo, significa também compreender que existe uma íntima relação entre docência e discência. Ou seja, a especificidade do ato de educar é entendida como inerente ao ser humano, e “consequentemente, não pode esgotar-se na pura transmissão de conhecimentos” (RAMOS, 2017). Existem várias estratégias didáticas que ajudam a promover a reflexão, especialmente aquelas que partem da realidade dos alunos, entretanto, deve-se ter em mente que estas estratégias não se excluem, pois todas servem para uma compreensão do ato de educar, que está sempre contextualizado e é extremamente complexo.

Assim, ao utilizar a problematização da realidade dos alunos, e, consequentemente, dos serviços no qual eles atuam, se problematiza não somente seu trabalho, mas também as múltiplas dimensões da totalidade social: “desde as técnico-científicas até as econômicas, sociais, ético-políticas, dentre outras” (RAMOS, 2017).

3.1. A Escola de Saúde de São Bernardo do Campo e a Educação a Distância

Educação a distância (EAD) é uma modalidade educacional na qual o processo de ensino-aprendizagem ocorre por meio do uso de tecnologias de informação e comunicação com alunos e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou períodos diversos. Com a pandemia por Covid-19, assistimos a uma transformação na utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Essa modalidade veio colaborar com a ampliação da educação e disseminação do acesso ao conhecimento ao maior número de pessoas, minimizando dificuldades de acesso e deslocamento na participação de ações educacionais.

Entende-se que a mediação das TICs atrelada aos princípios pedagógicos balizadores da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo (educação permanente, articulação entre teoria e prática, concepção crítica de educação, interdisciplinaridade e andragogia) possibilita que as ações educacionais não se traduzam em mera adesão a um discurso impositivo. Dessa forma, a EaD representa importante ferramenta para a Escola de Saúde de São Bernardo do Campo atingir a sua missão e contribuir para a formação e construção do conhecimento junto a usuários, trabalhadores e gestores do SUS.

O Portal da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo contará com uma área de acesso aos pacientes (usuários SUS) e uma área dedicada à profissionais da saúde. Ao acessar o portal, os alunos poderão escolher cursos, vídeos e protocolos relacionados às Linhas de Cuidados prioritárias. O material estará organizado de acordo com a Linha de Cuidado e também por área de especialização (departamentos da RAS). Os cursos serão disponibilizado via Plataforma Moodle e contarão com recursos como animações, videoaulas, questionários, pesquisas de satisfação, fóruns de discussão para enriquecer a experiência do estudante.

Cursos de Especialização EAD deverão observar as normas fixadas na Deliberação CEE 191/2020 do Conselho Estadual de Educação de São Paulo (CEE-SP) (Conselho Estadual de Educação, 2020).

4. Organização Acadêmica da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo

Buscando contribuir com a missão estabelecida para Secretaria de Saúde de São Bernardo do Campo “Promover o bem estar da população de São Bernardo do Campo com ações de saúde para a pessoa e para a comunidade”, a Escola de Saúde de São Bernardo do Campo oferta ações educacionais para diferentes públicos (pacientes e comunidade geral além de profissionais da saúde) em diversas modalidades e níveis de ensino: Cursos Livres, Cursos de Pós-Graduação *lato sensu* e Estágios.

O Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo (CEE) é o órgão colegiado do Sistema de Ensino, que tem como finalidade precípua interpretar a legislação federal e estadual e adequá-las ao Sistema de Ensino do Estado. É responsável por normatizar a área educacional do Estado, interpretando a legislação de ensino; apreciando o Plano Estadual de Educação e autorizando o funcionamento do ensino nas escolas, avaliando a sua respectiva qualidade.

De acordo com o Conselho Estadual de Educação de São Paulo (Deliberação CEE 197/2021) para cursos de Especialização é obrigatório mínimo de 450 horas incluindo a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso com nota mínima estabelecida no Projeto do Curso e frequência mínima

de 75% da carga horária prevista para cada componente do Curso. Cursos de Especialização serão oferecidos pela Escola de Saúde de São Bernardo do Campo em momento oportuno (Conselho Estadual de Educação, 2021).

Para cursos de Aperfeiçoamento é obrigatória uma carga horária mínima de 180 horas e apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso (Deliberação CEE 09/98). A carga horária dedicada a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso pode estar distribuída na carga horária total do curso. Já para os cursos de Extensão Universitária é obrigatória carga horária mínima de 30 horas e frequência de 75%. Esta categoria de cursos divide-se em: Curso de Atualização (para graduados) e Difusão Cultural (para comunidade) (Conselho Estadual de Educação, 1998).

4.1. Cursos Livres

As ações educacionais ofertadas na modalidade de Cursos Livres podem ser consideradas como ações de educação não formal, ou seja, um tipo de educação que se “desloca” da formalidade da escola (MARQUES; FREITAS, 2017) e podem apresentar duração e públicos variados (usuários, trabalhadores, a gestão, o controle social do SUS, estudantes da área da saúde, conselhos de classe e outros profissionais que atuem no SUS). Nessa perspectiva, as ações educacionais podem também ter objetivos variados, mas, na Escola de Saúde de São Bernardo do Campo, visam sempre as discussões para fortalecimento do SUS.

Os cursos livres também podem apresentar um caráter mais formal, voltados para a formação inicial, continuada e permanente especialmente para os trabalhadores do SUS. Nesse âmbito, esses cursos são destinados ao desenvolvimento, qualificação e atualização de trabalhadores de todos os níveis de escolaridade, objetivando a reconstrução de aptidões para a vida produtiva e social. Essas ações são realizadas na Escola de Saúde de São Bernardo do Campo por meio de diversas estratégias, que são utilizadas de acordo com a proposta e o objetivo da ação educacional. Algumas estratégias utilizadas na Escola de Saúde de São Bernardo do Campo são:

- *Seminários*: essa estratégia objetiva a apresentação, discussão e debate em grupo de temas relevantes à área da saúde. O Anexo 1 deste documento apresenta o formulário para sistematização das informações sobre os seminários realizados pela Escola de Saúde de São Bernardo do Campo.
- *Oficinas*: são unidades produtivas de conhecimentos a partir de uma realidade concreta, para serem problematizada a fim de transformá-la. Objetivam a construção de práticas coletivas de formação e organização. É o tempo-espço para vivência, a reflexão, a conceitualização; como síntese do pensar, sentir e agir. Como “o” lugar para a participação, a aprendizagem e a sistematização dos conhecimentos. No Anexo 2, temos o formulário para descrição das informações sobre as Oficinas realizadas pela Escola de Saúde de São Bernardo do Campo.
- *Cursos de Atualização*: têm por finalidade apresentar os conhecimentos técnico-científicos mais recentes para os profissionais da área da saúde graduados. Os cursos possuem duração média de 30h, podendo ter variações em dependência ao conteúdo a ser trabalhado, e podem ser desenvolvidos em Programas de Educação Permanente em Saúde. Ao término do curso, sendo considerado apto, o profissional receberá o certificado de “Atualização Profissional em”. O Anexo 3 apresenta o formulário para

descrição dos Cursos de Atualização realizados pela Escola de Saúde de São Bernardo do Campo.

- *Cursos de Difusão Cultural*: destinado a comunidade em geral, que necessita de conhecimentos sobre o Sistema Único de Saúde ou conhecimentos específicos da área da saúde. Ao término do curso, ao ser considerado apto, o estudante receberá o certificado de “Curso de Difusão Cultural da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo”. O formulário para descrição e registro dos Cursos de Difusão Cultural pode ser verificado no Anexo 4 deste documento.

Como instituição educacional que valoriza os conhecimentos trazidos pelos alunos, consideramos importante certificar esse momento educativo vivenciado na escola. Por isso, nos cursos livres são certificados os alunos que apresentarem 75% (setenta e cinco) de frequência na carga horária em cada etapa/módulo/oficina e/ou na carga horária total da ação educacional. As listas de presença e certificados são registrados na Escola.

4.2. Cursos de Pós-Graduação

A Educação Superior no Brasil é voltada para o atendimento de indivíduos que já concluíram o Ensino Fundamental (profissionalizante ou não) ou que já possuam Diplomas de Ensino Superior. Ela pode ser ofertada nas seguintes modalidades:

- *Cursos sequenciais* - objetivam formação específica por campo do saber, com obtenção ou atualização de qualificação técnica, profissional, acadêmica ou intelectual;
- *Graduação* – ofertada a indivíduos que possuem certificado de conclusão do ensino médio ou equivalente. É subdividida em: Bacharelado (curso generalista, de formação científica ou humanística, que confere ao diplomado competências em determinado campo de saber para o exercício de atividade profissional, acadêmica ou cultural); Licenciatura (curso que confere ao diplomado competências para atuar como professor na educação básica); e Tecnologia (curso de formação especializada em área científica e, ou tecnológica; oferece o grau de tecnólogo); e
- *Pós-graduação* - ofertada a diplomados em curso de graduação, visam aprofundar estudos em determinada área do conhecimento. É subdividida em: *lato sensu* e *stricto sensu* (mestrado e doutorado).

A Escola de Saúde de São Bernardo do Campo somente oferta ações de Ensino Superior na modalidade Pós-Graduação *lato sensu*. Ela tem por finalidade formar profissionais com atuação voltada para a saúde coletiva, tendo em vista estimular a produção científica no campo da saúde pública. Esses cursos podem ser no nível de Aperfeiçoamento ou Especialização.

Os cursos de pós-graduação – nível Aperfeiçoamento – tem por objetivo melhorar o desempenho em determinada ocupação, refletindo as exigências de um determinado contexto, “e visam à melhoria de desempenho e de competências anteriormente adquiridas numa determinada ocupação profissional, ficando ao alvedrio das instituições de educação superior do país definir sua estrutura e especificidade, respeitada a carga horária total mínima de 180 horas” (Parecer CNE/CES n° 263/2006).

Esse tipo de ação educacional não está sujeito à regulamentação legal, ou seja, não são necessárias autorizações do Sistema Educacional (nacional ou estadual), podem ter organização

curricular própria e serem elaboradas a partir das necessidades do serviço e da ocupação profissional.

Já os cursos de Pós-graduação *lato sensu* – nível Especialização estão sujeitos à regulamentação legal (Resolução CNE/CES nº 1/2007 e Resolução CEE-SP nº 108/2011) e são entendidos como um conjunto de atividades pedagógicas sistematizadas, que tem em vista educar, qualificar, capacitar, aperfeiçoar e formar o profissional. Elas têm como principal objetivo atender demandas reais, voltadas para atender às necessidades do trabalho, assumindo contornos de pós-graduação profissionalizante.

“É por essa razão que os cursos de especialização também assumem a função de educação continuada, objetivando a inclusão de profissionais nas inovações dos métodos e técnicas mesmo que não estejam diretamente envolvidos nos processos de desenvolvimento de tais avanços. A especialização que qualifica mais o graduado do ponto de vista profissional traduz-se, pois, na pós-graduação que revigora conhecimentos e constrói a competência técnica” (Parecer CNE/CES nº 263/2006).

Esses cursos devem ter duração mínima de 450 (quatrocentos e cinquenta) horas. Suas matrizes curriculares devem ser estruturadas em áreas temáticas, que podem ser agrupadas em períodos, etapas, módulos ou outras formas de organização, visando sempre qual o melhor formato para o processo de ensino-aprendizagem dos alunos do curso.

Outra modalidade de cursos pós-graduação são os chamados *stricto sensu*, que podem ser do tipo mestrado ou doutorado. Tais cursos têm por objetivo a formação e a qualificação para o exercício do magistério, para a pesquisa e para atividades técnico-científicas e profissionais. Seus programas devem ser credenciados junto ao MEC ou serem realizados em parceria com instituições já credenciadas.

Apesar de serem considerados de Pós-graduação, os cursos *lato* e *stricto sensu* apresentam intencionalidades diferentes. Os cursos *lato sensu* possuem objetivos mais profissionalizantes, sem abrangência do campo total do saber em que se insere a especialidade, conferindo Certificados (Especialista em ...) e não graus acadêmicos aos alunos. Eles não precisam ser autorizados pelo Ministério da Educação (MEC), com exceção das Residências, mas devem ser autorizadas pelo Conselho Estadual de Educação de São Paulo (CEE-SP), o que confere validade nacional para os cursos.

4.3 Residências Médicas e Multiprofissionais

As Residências constituem em uma modalidade de educação profissional pós-graduada multiprofissional, de caráter interdisciplinar, desenvolvida em ambiente de serviço, mediante trabalho sob supervisão (trabalho educativo).

Fundamentada nos princípios do SUS, os Programas de Residência orientam e acompanham atividades de atenção integral à saúde em serviços da rede pública, promovendo atividades de reflexão sobre a prática de atendimento e atuação em Saúde. Trata-se de uma forma integrada de residência pois estabelece a integração dos programas de pós-graduação na modalidade de formação em serviço da Secretaria de Saúde; a integração entre trabalho e educação; a integração de diferentes profissões na equipe de saúde (campo e núcleo de saberes e práticas

profissionais em articulação permanente); a integração entre ensino, serviço, controle social e gestão do SUS; bem como a integração dos campos das ciências biológicas, humanas e sociais.

Os programas de Residência Médica e de Residência Multiprofissional desenvolvem-se em diferentes ambientes de ensino em serviço, que constituem os locais de profissionalização, funcionando de maneira articulada às diferentes estratégias de educação permanente dos trabalhadores de saúde destes espaços. Cada ênfase compreende diferentes locais de profissionalização, recorrendo a outras unidades de aprendizagem na busca da diversificação dos cenários de práticas.

Residência Médica: foi instituída pelo Decreto nº 80.281, de 5 de setembro de 1977, é uma modalidade de ensino de pós-graduação destinada a médicos, sob a forma de curso de especialização. Funciona em instituições de saúde, sob a orientação de profissionais médicos de elevada qualificação ética e profissional, sendo considerada o “padrão ouro” da especialização médica. O mesmo decreto criou a Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM). O Programa de Residência Médica, cumprido integralmente dentro de uma determinada especialidade, confere ao médico residente o título de especialista. A expressão “residência médica” só pode ser empregada para programas que sejam credenciados pela Comissão Nacional de Residência Médica.

Residências Multiprofissionais: criadas a partir da promulgação da Lei nº 11.129 de 2005, são orientadas pelos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), a partir das necessidades e realidades locais e regionais (Resolução CNS nº 287/1998). A Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde - CNRMS, foi instituída por meio da Portaria Interministerial nº1.077, de 12 de novembro de 2009, e é coordenada conjuntamente pelo Ministério da Saúde e do Ministério da Educação.

Trata-se, enfim, de uma proposta que visa preparar e especializar profissionais para a atuação no SUS, buscando desenvolver aprendizagens para a atenção integral à saúde, que venham se traduzir em acolhimento aos usuários, estabelecimento de vínculos terapêuticos, responsabilização pelo cuidado à saúde, ampliação permanente da resolutividade da ação e estímulo continuado à autonomia das pessoas na proteção a sua saúde.

4.4 Estágios

O estágio supervisionado, é de carácter obrigatório para formação de profissionais da área da saúde, de níveis técnicos e superior, sendo imprescindível para a complementação de estudos e como facilitador da prática profissional. A Programação do estágio é elaborada mediante os objetivos específicos do curso e operacionalizado estrategicamente pela Comissão de Estágios da Secretaria de Saúde de São Bernardo do Campo (COEST).

O estágio supervisionado é oferecido mediante assinatura de um Termo de Cooperação de parceria entre a Secretaria de Saúde de São Bernardo do Campo e a Instituição de Ensino interessada no campo de estágio.

5. Avaliação dos processos de ensino-aprendizagem

Após a análise das estratégias didático-metodológicas e da organização acadêmica da escola, é necessário também refletir sobre o modelo avaliativo utilizado na Escola de Saúde de São Bernardo do Campo, modelo este sustentado pela concepção educacional da Educação Permanente em Saúde.

Antes, no entanto, faz-se necessário lembrar que a adoção da Educação Permanente em Saúde na Escola de Saúde de São Bernardo do Campo é uma proposta de educação profissional cujos princípios são delineados pela tendência pedagógica progressista, que traz como diferencial o objetivo da formação não só de trabalhadores, da gestão e do controle social, mas de cidadãos que possam utilizar seus conhecimentos e experiências prévias para significar novos conhecimentos técnico-científicos e, a partir de então, construir um saber que lhes permita exercer seus papéis no SUS de forma competente e condizente com a prática social.

Dessa forma, ao afirmar que a proposta político-pedagógica da Escola de Saúde de São Bernardo do Campo é uma proposta de Educação Permanente, seus profissionais e educadores estão assumindo que as ações educacionais serão desenvolvidas por meio de atividades que possibilitem a relação entre o conhecimento prévio de seus alunos e os conceitos técnico-científicos trabalhados em cada uma das ações educacionais. Essa relação, por sua vez, depende de uma postura do docente como mediador/facilitador do processo de aprendizagem, no qual tanto ele, docente/educador, quanto o aluno/educando, tornam-se sujeitos aprendizes.

Por isso, o modelo avaliativo dessas práticas, não pode ser pontual, com o objetivo único de considerar como desenvolvimento satisfatório, aquele demonstrado por meio de respostas a testes cuja referência é uma escala de pontos que possibilita comparações estatísticas. O modelo avaliativo acima descrito é conhecido como modelo tradicional e ainda é muito usado, pela facilidade metodológica que traz em sua aplicação. De acordo com Ramos (2008) “esta última, normalmente, está associada a um curso ou programa e costuma ocorrer em etapas, cujos resultados compõem um grau final. Neste caso, a aprovação das pessoas ocorre com base em uma escala de pontos que, por sua vez, possibilita comparações estatísticas. Quanto aos aspectos avaliados, normalmente não se conhecem as perguntas que serão feitas, e essas devem ser respondidas em tempos previamente definidos”.

Assim, testes com poucas questões, geralmente fechados e desconhecidos aos olhos dos alunos, possuem um gabarito das questões, ou seja, respostas prontas que possibilitam a identificação clara e objetiva da “capacidade e conhecimento” do aluno. Para isso, basta verificar se ele respondeu certo ou errado a cada uma das questões para, posteriormente, saber se alcançou um grau esperado final. Observa-se ainda neste modelo avaliativo, que os testes são aplicados, ao final de etapas que representam a conclusão de um determinado volume acumulativo de conteúdos expostos pelo professor aos alunos.

Podemos observar que adotar o modelo avaliativo tradicional diante de uma prática pedagógica progressista e de EPS não é coerente. Assim, é importante ressaltar que a forma de avaliar sempre tem relação com a metodologia escolhida e dessa maneira, avaliar a partir das concepções progressistas e da EPS deve apresentar um sentido de processo, algo que vai construindo-se ao longo do processo educativo.

Nesse sentido, o modelo de avaliação mais adequado se baseia no modelo processual. E assim, deve ser pensada como uma das etapas que integram o processo educativo, devendo sempre

ser retomada, refeita, reescrita, reconsiderada, visando sempre o aprendizado, a construção do conhecimento e a mudança das realidades a partir dos novos conhecimentos.

A partir dessa concepção do processo avaliativo, o ato de avaliar se dá durante todo o processo ensino-aprendizagem, ou seja, antes, durante e depois de todo o período da ação educacional. Pode parecer estranho, a princípio, mas basta lembrar que o primeiro pressuposto da aprendizagem significativa é saber o que o aluno já conhece, para depois apresentá-lo a novos conceitos.

Na avaliação processual, o que é chamado de “antes”, a chamada “Avaliação Diagnóstica”, permite identificar concepções prévias dos alunos, preconceitos, erros, lacunas do seu conhecimento e até as formas de aprender de cada um, como meio de planejar a melhor forma de organizar os conteúdos e definir as estratégias didático-metodológicas a serem usadas durante o curso.

O que está sendo chamado de “durante”, na verdade refere-se à “Avaliação Formativa” que é realizada durante todo o processo ensino-aprendizagem, por meio do desenvolvimento de atividades que possibilitem o acompanhamento de como está se dando o processo de evolução da aprendizagem dos alunos. Ao conseguir acompanhar e identificar o estágio de seus alunos por meio da avaliação formativa, os docentes são capazes de reorganizar o processo ensino-aprendizagem de forma a adequar a organização dos conteúdos às estratégias metodológicas e às necessidades de seus alunos. É importante assinalar que, tanto na fase de diagnóstico quanto na fase formativa, os instrumentos e estratégias de ensino a serem utilizados podem ser os mesmos ou não.

Finalmente, a fase chamada de “depois” refere-se ao que Hernandez (1998) denomina de “Avaliação Acreditativa”, ou seja, aquela que tem como objetivo avaliar a competência final dos estudantes, verificar se os estudantes alcançaram os resultados esperados.

Temos que reforçar que a realidade e vivências dos alunos devem sempre ser respeitadas, bem como deve-se respeitar as dificuldades e potencialidades dos alunos, ou seja, cada aluno é único em seu processo educativo. E quando avaliamos o aluno – trabalhador, gestor ou conselheiro de saúde – em processo de formação, devemos ter em mente que o que se pretende é verificar os conhecimentos adquiridos durante o processo de aprendizagem, evidenciando a capacidade do sujeito de mobilizar e articular, com autonomia, postura crítica e ética, seus recursos subjetivos, bem como atributos constituídos ao longo do processo de ensino-aprendizagem – conhecimentos, destrezas, qualidades pessoais e valores – a que se recorre no enfrentamento de determinadas situações concretas, na prática/processo de trabalho (RAMOS, 2008).

Luckesi (2011) reforça a necessidade de que a avaliação supere a ideia de classificação dos alunos e retorne a ideia original de que avaliar é auxiliar na “construção da aprendizagem bem sucedida”, superando a ideia da avaliação como instrumento de poder. “Em decorrência dos padrões históricos-sociais, que se tornaram crônicos em nossas práticas pedagógicas escolares, a avaliação no ensino assumiu a prática de “provas e exames”; o que gerou um desvio no uso da avaliação. Em vez de ser utilizada para a construção de resultados satisfatórios, tornou-se um meio para classificar os educandos e decidir sobre os destinos no momento subsequente de suas vidas escolares. Em consequência desse seu modo de ser, teve agregado a si um significado de poder, que decide sobre a vida do educando, e não um meio de auxiliá-lo ao crescimento”.

Nessa perspectiva, a avaliação deve ser vista como um espaço de avanço e de crescimento e não de estagnação ou submissão. “Enfim, ela terá de ser o instrumento do reconhecimento dos

caminhos percorridos e da identificação dos caminhos a serem percorridos” (LUCKESI, 2005). Dessa maneira, tendo como pressupostos o fortalecimento do SUS, por meio de ações educacionais e de pesquisa, com a Educação Permanente em Saúde como referencial político-pedagógico, a avaliação das ações educacionais ofertadas pela Escola de Saúde de São Bernardo do Campo devem ter como objetivo a construção do conhecimento dos trabalhadores, dos gestores e do controle social por meio de um processo de ensino-aprendizagem a partir da reflexão sobre as vivências desses alunos, possibilitando assim a transformação das práticas e serviços de saúde e contribuindo para a concretização do compromisso social e profissional dos atores do SUS.

6. Referências Bibliográficas

BRASIL. Parecer CNE/CES Nº263, de 09 de novembro de 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pces263_06.pdf. Acesso em 23 mar 2021

CECCIM, R. B.; FERLA, A. A. Educação Permanente em Saúde. In: ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO (Org.). Dicionário da educação profissional em saúde. Rio de Janeiro: EPSJV, 2006. p.107-112.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (São Paulo). Deliberação nº 09 de 19 de novembro de 2006. Dispõe sobre oferecimento, aprovação e validade de Cursos de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão Universitária. Diário Oficial Estado de São Paulo: p. 14/15, 20 nov. 2006.

CEE 191/2020

CEE 197/2021

FREIRE, P. Extensão ou Comunicação? São Paulo: Paz e Terra, 2013.

FREIRE P., Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997

GONÇALVES, M. C. P. B.; FARTES, V. L. B. O trabalho docente na educação profissional de jovens e adultos. IN: TENÓRIO, R. M.; SILVA, R. S. (Org.). Capacitação docente e responsabilidade social: aportes pluridisciplinares. Salvador: EDUFBA, 2010. 326 p

MARQUES, J. B. V.; FREITAS, D. Fatores de caracterização da educação não formal: uma revisão da literatura. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 43, n. 4, p. 1087-1110, Dec. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v43n4/1517-9702-ep-S1517-9702201701151678.pdf>. Acesso em 23 mar. 2021.

PADILHA, Paulo Roberto. Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola. 9. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2017. 184p.

PEREIRA, I. B. Interdisciplinaridade. IN: PEREIRA, I. B.; LIMA, J. C. F. Dicionário da educação profissional em saúde. 2. ed. rev. ampl.- Rio de Janeiro: EPSJV, 2008

PRONKO, M. et al. A formação de trabalhadores técnicos em saúde no Brasil e no Mercosul. Rio de Janeiro: EPSJV, 2011

RAMOS, M. Metodologias ativas: entre movimentos, possibilidades e propostas. IN: SOUZA, R. M. P. (org.). Redescola e a nova formação em saúde pública. Rio de Janeiro: ENSP, 2017. (p.43-66).

ROVERE, M. R. Gestión estratégica de la educación permanente en salud. In: HADDAD, J.; ROSCHKE, M. A. C.; DAVINI, M. C. Educación permanente de personal de salud. 1994.

Disponível em: <https://elagoraasociacioncivil.files.wordpress.com/2013/08/gestic3b3n-estratic3a9gica-de-la-educac3b3n-permanente.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2021.

7. Anexos

Anexo 1 - Formulário para descrição de Seminários

A- ÁREA PROMOTORA

Divisão/Departamento/Serviço	<i>Descrever o departamento responsável pelo seminário</i>
Coordenador	<i>Nome do coordenador</i>
Data e horário do seminário	<i>Data e horário</i>
Carga horária total	<i>Nº total de horas</i>
Modalidade*	<i>Seminário presencial ou EAD</i>
Número de vagas	<i>Nº máximo de vagas Nº mínimo de alunos necessários para viabilidade do curso</i>
Público Alvo	<i>Descrever profissionais aptos a participar do curso</i>
Local	<i>Local onde serão realizadas as aulas ou Plataforma</i>
Justificativa da criação do seminário	<i>Justificativa do porquê este seminário é importante</i>

B- PLANEJAMENTO

Objetivo Geral do seminário	<i>Objetivo geral do seminário</i>
Conteúdo Programático	<i>Descrição detalhada do seminário</i>
Metodologia/Recursos	<i>Metodologia do seminário Exemplo: Aulas teóricas, prática supervisionada, discussões e reuniões.</i>
Certificado de Conclusão	<i>Critérios para emissão de certificado O Certificado de conclusão será conferido aos alunos que tiverem frequentado o seminário. O Certificado é expedido e registrado em livro próprio da Escola da Saúde de São Bernardo do Campo com a data da realização do seminário e carga horária.</i>

C- INFORMAÇÕES GERAIS AO PÚBLICO**Inscrição**

Período	<i>Período para inscrição do curso, dia de início e fim</i>
Taxa de Inscrição ou investimento	<i>Se houver</i>
Local da matrícula	<i>Secretaria Escola da Saúde de São Bernardo do Campo Rua João Pessoa, 59 – CEP: 11010-021 Centro – São Bernardo do Campo – SP Telefone: 2630-6569 / 2630-6570 educacao.permanente@saobernardo.sp.gov.br</i>
Contato	<i>Telefone: 2630-6569 / 2630-6570 educacao.permanente@saobernardo.sp.gov.br</i>

Anexo 2 - Formulário para descrição de Oficinas

Oficinas

A- ÁREA PROMOTORA	
Divisão/Departamento/Serviço	<i>Descrever o departamento responsável pela oficina</i>
Coordenador	<i>Nome do coordenador</i>
Data e horário da oficina	<i>Data e horário</i>
Carga horária total	<i>Nº total de horas</i>
Modalidade	<i>Oficina presencial</i>
Número de vagas	<i>Nº máximo de vagas</i> <i>Nº mínimo de alunos necessários para viabilidade da oficina</i>
Público Alvo	<i>Descrever profissionais aptos a participar do curso</i>
Local	<i>Local onde será realizada a oficina</i>
Justificativa da criação da oficina	<i>Justificativa do porquê esta oficina é importante</i>

B- PLANEJAMENTO	
Objetivo Geral da Oficina	<i>Objetivo geral da oficina</i>
Conteúdo Programático	<i>Descrição detalhada da oficina</i>
Metodologia/Recursos	<i>Metodologia</i> <i>Exemplo: Aulas teóricas, prática supervisionada, discussões e reuniões.</i>
Certificado de Conclusão	<i>Critérios para emissão de certificado</i> <i>O Certificado de conclusão será conferido aos alunos que tiverem frequentado a oficina.</i> <i>O Certificado é expedido e registrado em livro próprio da Escola da Saúde de São Bernardo do Campo com a data da realização do seminário e carga horária.</i>

C- INFORMAÇÕES GERAIS AO PÚBLICO**Inscrição**

Período	<i>Período para inscrição da oficina, dia de início e fim</i>
Taxa de Inscrição ou investimento	<i>Se houver</i>
Local da matrícula	<i>Secretaria Escola da Saúde de São Bernardo do Campo Rua João Pessoa, 59 – CEP: 11010-021 Centro – São Bernardo do Campo – SP Telefone: 2630-6569 / 2630-6570 educacao.permanente@saobernardo.sp.gov.br</i>
Contato	<i>Telefone: 2630-6569 / 2630-6570 educacao.permanente@saobernardo.sp.gov.br</i>

Anexo 3 - Formulário para descrição de Cursos de Atualização

Curso de Atualização

A- ÁREA PROMOTORA	
Divisão/Departamento/Serviço	<i>Descrever o departamento responsável pelo curso</i>
Coordenador	<i>Nome do coordenador</i>
Data e horário da realização das aulas do curso	<i>Data e horário</i>
Carga horária total	<i>Nº total de horas</i>
Modalidade*	<i>Presencial ou EAD</i>
Número de vagas	<i>Nº máximo de vagas</i> <i>Nº mínimo de alunos necessários para viabilidade do curso</i>
Público Alvo	<i>Descrever público apto a participar do curso</i> <i>Curso de Atualização – profissionais da saúde graduados</i>
Local	<i>Local onde será realizado o curso</i>
Justificativa da criação o curso	<i>Justificativa do porquê este curso é importante</i>

B- PLANEJAMENTO	
Objetivo Geral do Curso	<i>Objetivo geral do curso</i>
Conteúdo Programático	<i>Descrição detalhada do curso</i>
Metodologia/Recursos	<i>Metodologia</i> <i>Exemplo: Aulas teóricas presenciais, aulas à distância, prática supervisionada, discussões e reuniões.</i>
Certificado de Conclusão	<i>Critérios para emissão de certificado</i> <i>O Certificado de conclusão será conferido aos alunos que tiverem frequentado 75% da carga horária do curso.</i> <i>O Certificado é expedido e registrado em livro próprio da Escola da Saúde de São Bernardo do Campo, certificado de “Atualização profissional em” com o período de realização do curso e carga horária.</i>



C- INFORMAÇÕES GERAIS AO PÚBLICO

Inscrição

Período	<i>Período para inscrição no curso, dia de início e fim</i>
Taxa de Inscrição ou investimento	<i>Se houver</i>
Local da matrícula	<i>Secretaria Escola da Saúde de São Bernardo do Campo Rua João Pessoa, 59 – CEP: 11010-021 Centro – São Bernardo do Campo – SP Telefone: 2630-6569 / 2630-6570 educacao.permanente@saobernardo.sp.gov.br</i>
Contato	<i>Telefone: 2630-6569 / 2630-6570 educacao.permanente@saobernardo.sp.gov.br</i>

Anexo 4 - Formulário para descrição de Cursos de Difusão Cultural

Curso de Difusão Cultural

A- ÁREA PROMOTORA	
Divisão/Departamento/Serviço	<i>Descrever o departamento responsável pelo curso</i>
Coordenador	<i>Nome do coordenador</i>
Data e horário da realização das aulas do curso	<i>Data e horário</i>
Carga horária total	<i>Nº total de horas</i>
Modalidade*	<i>Presencial ou EAD</i>
Número de vagas	<i>Nº máximo de vagas Nº mínimo de alunos necessários para viabilidade do curso</i>
Público Alvo	<i>Descrever público apto a participar do curso Curso de Difusão Cultural – para comunidade em geral</i>
Local	<i>Local onde será realizado o curso</i>
Justificativa da criação o curso	<i>Justificativa do porquê este curso é importante</i>

B- PLANEJAMENTO	
Objetivo Geral do Curso	<i>Objetivo geral do curso</i>
Conteúdo Programático	<i>Descrição detalhada do curso</i>
Metodologia/Recursos	<i>Metodologia Exemplo: Aulas teóricas presenciais, aulas à distância, prática supervisionada, discussões e reuniões.</i>
Certificado de Conclusão	<i>Critérios para emissão de certificado O Certificado de conclusão será conferido aos alunos que tiverem frequentado 75% da carga horária do curso. O Certificado é expedido e registrado em livro próprio da Escola da Saúde de São Bernardo do Campo, certificado de “Atualização profissional em” com o período de realização do curso e carga horária.</i>

C- INFORMAÇÕES GERAIS AO PÚBLICO**Inscrição**

Período	<i>Período para inscrição no curso, dia de início e fim</i>
Taxa de Inscrição ou investimento	<i>Se houver</i>
Local da matrícula	<i>Secretaria Escola da Saúde de São Bernardo do Campo Rua João Pessoa, 59 – CEP: 11010-021 Centro – São Bernardo do Campo – SP Telefone: 2630-6569 / 2630-6570 educacao.permanente@saobernardo.sp.gov.br</i>
Contato	<i>Telefone: 2630-6569 / 2630-6570 educacao.permanente@saobernardo.sp.gov.br</i>